

A. I. Nº - 298636.5578/06-7
AUTUADO - NORDESTE FLORESTAL E AGRÍCOLA S.A.
AUTUANTE - EDSON JOSÉ DE OLIVEIRA CARNEIRO
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 04.04.07

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0070-02/07

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INCERTEZA QUANTO AO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO. É nulo o procedimento desprovido de elementos que determinem, com segurança, o cometimento imputado ao infrator. Auto de Infração NULO. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 18/11/06, acusa a reutilização de Nota Fiscal – utilização de documento fiscal mais de uma vez para acobertar operação ou prestação [sic]. ICMS lançado: R\$ 2.109,39. Multa: 100%.

O sujeito passivo apresentou defesa alegando que, no dia 23/10/06, emitiu a Nota Fiscal 1413, tendo como destinatária a Intermarítima Terminais Ltda., em Salvador, tendo entrado no Estado de Goiás, conforme carimbo constante na Nota, onde sofreu avaria grave no motor, sendo levado para a Retífica Freitas e Freitas Ltda., na cidade de Posse, naquele Estado. Terminado o serviço, o motorista, de boa-fé, foi ao posto fiscal para revalidar a data, pois nem passaria naquele posto em seu trajeto, sendo surpreendido pela ação fiscal, com a acusação de reutilização de Nota Fiscal. Discorre sobre a teoria das sanções fiscais. No tocante ao mérito, alega que a carga em questão consistia de escolas de madeira (“pinus”), remetida para formação de lote para exportação, com não-incidência de ICMS, sendo que o veículo quebrou no trajeto. Quanto à acusação de reutilização do documento, diz que se trata de presunção do agente fiscal, sem prova. Tece considerações acerca das presunções em geral. Pede que o Auto de Infração seja desconsiderado, haja vista que a mercadoria circulava com não-incidência de ICMS, por ser destinada a exportação, não tendo havido reutilização de documento fiscal. Juntou documentos.

O fiscal autuante prestou informação dizendo que a Nota Fiscal de serviço só foi apresentada na defesa. Aduz que a obrigação do contribuinte era se dirigir ao posto fiscal munido da Nota Fiscal de Serviço e explicar que o caminhão ficou parado em função de problemas mecânicos, e pedir a revalidação da Nota Fiscal, mas não foi isso o que aconteceu, pois o motorista do caminhão se dirigiu ao posto fiscal e entregou a Nota Fiscal para carimbar, sem fazer nenhuma menção ao atraso do transporte da mercadoria em razão de problemas mecânicos, de modo que somente na defesa do Auto é que o contribuinte aparece com uma Nota Fiscal de Serviço relativo ao suposto conserto do caminhão, que teria resultado no atraso do transporte da mercadoria. Considera que o imposto é devido, porque “uma nota fiscal de serviço se consegue até com um amigo ou pode ser comprada”.

VOTO

Trata o presente lançamento de ICMS relativo a mercadoria em trânsito, por suposta reutilização de Nota Fiscal – utilização de documento fiscal mais de uma vez para acobertar operação ou prestação.

Reutilizar significa utilizar outra vez, tornar a utilizar. O prefixo “re”, dentre outros empregos, serve para indicar repetição. Para acusar a “reutilização de Nota Fiscal”, o agente do fisco teria

de fazer prova de que o documento já havia sido utilizado uma ou mais vezes, e estaria sendo utilizado de novo.

Essa prova não foi feita. Consta no Termo de Apreensão (fl. 11): “Nota Fiscal com carimbo de 23/10/2006 e data de emissão igual”. Examinando a cópia da Nota Fiscal juntada aos autos pelo fiscal, noto que a data acima (23/10/06) é da fiscalização do Estado de Goiás. Não há carimbo no documento com outra data, que demonstre “reutilização” do documento.

A data do carimbo acima referido é consentânea com o que disse a defesa: naquele dia, havia sido emitida a Nota Fiscal 1413, tendo como destinatária a Intermarítima Terminais Ltda., em Salvador; como o veículo apresentou defeito, o motorista levou-o para a Retífica Freitas e Freitas Ltda., na cidade de Posse, em Goiás; terminado o serviço, o motorista foi ao posto fiscal com a documentação, e foi lavrado o Auto de Infração.

O fiscal autuante, ao prestar a informação, disse que a Nota Fiscal de serviço só foi apresentada na defesa. Insiste nesse ponto mais adiante, dizendo que o motorista, ao comparecer ao posto fiscal, não fez nenhuma menção ao problema mecânico do veículo, e “somente na defesa do Auto é que o contribuinte aparece com uma nota fiscal de serviço relativo ao suposto conserto do caminhão”.

Ora, a informação do fiscal não condiz com o que consta nos autos. Não é verdade que a Nota Fiscal de Serviços somente tivesse sido apresentada na defesa, pois o próprio fiscal juntou cópia do referido documento ao Auto de Infração (fl. 10). Observo que a Nota Fiscal de Serviços que o fiscal alega só ter sido apresentada “na defesa” consta no processo antes do Termo de Apreensão, e, friso bem, antes do registro do Auto de Infração (fl. 12).

O fiscal comenta que a obrigação do contribuinte era se dirigir ao posto fiscal munido da Nota Fiscal de Serviços e explicar que o caminhão ficou parado em função de problemas mecânicos, e pedir a revalidação da Nota Fiscal. Pelos elementos constantes nos autos, parece que foi exatamente isso que o motorista fez: de posse da Nota Fiscal de Serviços (fl. 10), das Notas Fiscais de peças adquiridas para o conserto do caminhão (fls. 8-9), bem como da Nota Fiscal da carga e do romaneio (fls. 4/6), compareceu ao posto fiscal. Não há como reconstituir o que precedeu a lavratura do Auto de Infração. O certo é que o Auto foi lavrado, com a acusação de que teria havido “utilização de documento fiscal mais de uma vez”. Conforme já assinalei, não há nos autos prova de “reutilização” da Nota.

O único ponto obscuro neste caso diz respeito à razão de o veículo ter entrado no Estado de Goiás. A defesa deveria ter explicado melhor esse aspecto, e não se limitar a dizer que isso se deu “por circunstância alheia à vontade do motorista”. Deduzo que tal circunstância tenha sido o defeito do veículo, tendo de ser levado à retífica na cidade de Posse, naquele Estado. Pesa, contudo, em favor do contribuinte o fato de o motorista, espontaneamente, ter procurado o posto fiscal para sanar o impasse, haja vista os documentos anexados aos autos pelo próprio fiscal autuante.

Não há nos autos elementos capazes de determinar, com segurança, a existência da infração. Como se trata de remessa de mercadoria destinada a formação de lote para exportação, talvez valha a pena analisar a regularidade dessas operações. Não, porém, no bojo deste processo.

Em face da incerteza quanto ao cometimento da infração, tenho por nula a autuação, com fundamento na regra do art. 18, IV, “a”, do RPAF. A repartição examinará se existem elementos que justifiquem a renovação da ação fiscal, pela fiscalização do trânsito, ou por fiscais do setor da fiscalização de estabelecimentos.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **298636.5578/06-7**, lavrado contra **NORDESTE FLORESTAL E AGRÍCOLA S.A.**

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de março de 2007.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR